

### RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2015

#### 1) Mensagem da Administração

A crise energética que atingiu todo o Brasil durante o ano de 2014 e parte de 2015, ao lado de uma postura firme de mercado, seguramente fizeram com que a Usina Elétrica a Gás de Araucária fosse fundamental para evitar um colapso no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) e garantir a sua confiabilidade. A exemplo de 2014, no ano de 2015 a UEGA entregou sua energia ao Brasil durante a maior parte do ano, garantindo a disponibilidade de energia num período em que os reservatórios hídricos atingiram seus limites mínimos históricos. O segmento termelétrico teve papel preponderante para a superação da crise energética.

A seguir, o Comitê Administrativo da UEG Araucária Ltda., em conformidade com as disposições legais, apresenta o Relatório da Administração de 2015 onde se destacam os seguintes fatos:

1. Em 31/01/2014 encerrou-se o contrato de locação firmado com a PETROBRAS em 28/12/2012.
2. No dia 31 de janeiro de 2014, a UEGA, Compagas e Petrobras assinaram um contrato de compra e venda de gás, cuja vigência era de 01 de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015.
3. Em 27 de janeiro de 2015 foi assinado um novo contrato de compra e venda de gás entre a UEGA, Compagas e Petrobras, com vigência para o período de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, com a possibilidade de renovação por mais 1 (um) ano.
4. Com o término do contrato de locação entre a UEGA e a Petrobras, o PIE (Produtor Independente de Energia) retornou à UEGA, a qual está operando no modelo Merchant participando do SIN (Sistema Interligado Nacional), onde foi chamada a despachar pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

O biênio 2014/2015 marcou de forma profunda a história da Usina Elétrica a Gás de Araucária, a UEGA. Foram os melhores anos desde que iniciou suas atividades operacionais, em setembro de 2002. A energia produzida pela UEGA – térmica, utilizando como fonte o gás natural canalizado – foi projetada para ser um back up do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). Mantido o ritmo de crescimento da economia de então, a Usina trabalharia normalmente, durante quatro meses por ano, que são os períodos de seca em que os reservatórios de água das hidrelétricas estão baixos.

Desde então, a UEGA passou por mudanças societárias e administrativas, mas manteve a sua essência: planejamento das manutenções, permanente atualização tecnológica e capacitação técnica excelente das equipes para garantir, sempre, alta disponibilidade. Isso quer dizer que, mesmo passando longos períodos sem despachar, permaneceu continuamente pronta para mandar energia para o sistema, em capacidade total, 484 MW/hora, quando fosse solicitado.

E foi o que aconteceu no início de 2014. Uma análise do cenário energético permitiu antever que era hora de rever o contrato de locação da Usina com a Petrobras e passar a vender energia no mercado livre – plano que já constava no planejamento estratégico da empresa, e muito alinhado com a visão do mercado.

Já em fevereiro daquele ano, a UEGA foi solicitada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), Despachou durante todo 2014 e praticamente todo 2015, levando a energia a todo o país, em especial às regiões sul e sudeste.

Em um dos períodos de maior crise hídrica brasileira, a UEGA, graças à sua alta disponibilidade, foi fundamental para suprir a demanda por energia elétrica no país.

#### 2.1 Perfil da Usina

A UEG ARAUCÁRIA é uma Planta de Ciclo Combinado – duas Turbinas a Gás e uma a Vapor e, não sendo flexível, utiliza exclusivamente o Gás Natural para a Geração de Energia Termelétrica. A Usina consome cerca de 2 milhões de m<sup>3</sup> de gás por dia e tem potência instalada de 484 MW. A Usina opera a partir da demanda do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão responsável pelo gerenciamento de todo suprimento do Sistema Integrado Nacional – SIN.

É constituída na forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada (Ltda), tendo como sócios quotistas a Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT), a Companhia Paranaense de Energia – Copel e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, com 60%, 20% e 20% de participação no capital social, respectivamente, todas localizadas em território nacional. Em 15.08.2007, através da Lei Estadual nº 15.603, a UEGA foi declarada sociedade de economia mista.

A UEGA é uma empresa autorizada a operar como Produtora Independente de Energia (PIE), pelo prazo de 30 anos, através da Resolução ANEEL Nº 351, de 22.12.1999. Foi constituída em abril de 1998, iniciando suas atividades operacionais em setembro de 2002. Entretanto, somente teve início comercial em setembro de 2006. Em 28 de dezembro de 2006 a Empresa firmou um Contrato de Locação com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (parte relacionada), para locação da Usina. Este contrato previa a utilização, pela Petrobras, do complexo da Usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à Empresa receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente. A locação passou por renovações e renegotiações, mantendo-se até janeiro de 2014, quando a UEGA decidiu pelo fim da locação e retomada da titularidade do PIE (Produtor Independente de Energia) da Usina. Com o término do contrato de locação entre a Empresa e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em 31 de janeiro de 2014 as empresas UEG Araucária Ltda., Companhia de Paranaense de Gás - Compagas e Petrobras assinaram contrato de compra e venda de Gás Natural com vigência para o período de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015. Nesse período a Empresa operou no sistema Merchant, tendo sido chamada a despachar pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) durante a maior parte do ano de 2014.

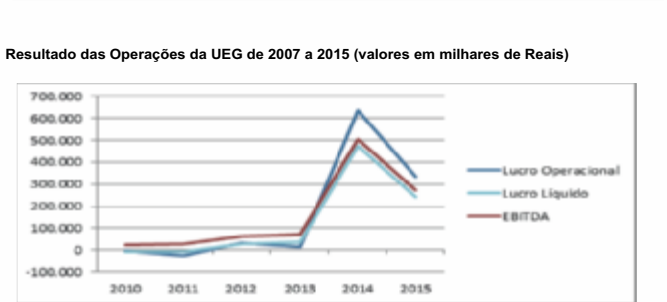
Em 27 de janeiro de 2015 foi assinado um novo Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre as empresas UEG Araucária Ltda., Companhia de Paranaense de Gás - Compagas e Petrobras com vigência de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, com a possibilidade de renovação por mais 1 (um) ano.

O capital social da UEGA, em 31 de dezembro de 2015, estava assim distribuído:

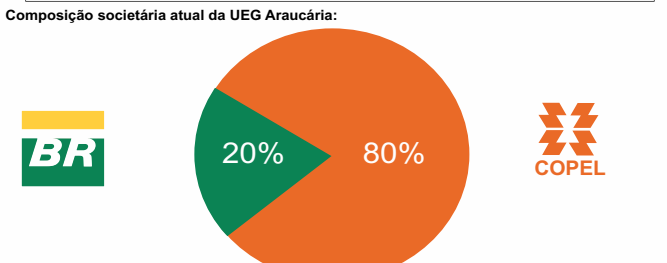
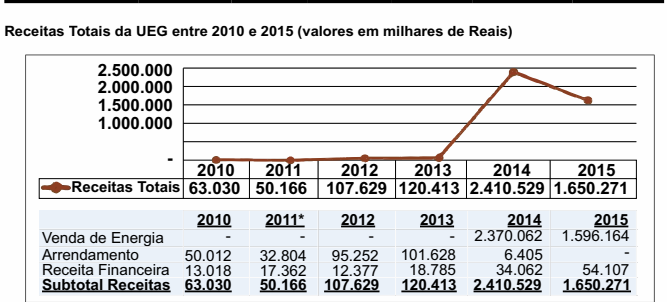
Sócia	Quotas	Capital	%
Petrobras	141.487.934	R\$ 141.487.934,00	20
Copel	141.487.934	R\$ 141.487.934,00	20
Copel GeT	424.463.802	R\$ 424.463.802,00	60
TOTAL	707.439.670	R\$ 707.439.670,00	100

#### 3) Desempenho e Indicadores Operacionais (UEGA em números e gráficos)

UEGA em Números			
Informações	2015	2014	
<b>Financeiras – R\$ Milhões</b>			
Receitas de Locação Líquida*	-	5,8	
Receitas de Venda de Energia Elétrica Líquida	1.434,20	2.129,50	
Receitas Financeiras	54,1	34,1	
EBITDA	273,1	506,1	
Lucro (Prejuízo) Líquido	242,9	471,7	
Patrimônio Líquido	858,2	952,1	
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez Corrente (índice)	3,9	3	
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	34,33	67,21	
<b>Mercado</b>			
Geração de energia (MWh) **	2.386.717	3.420.819	
Capacidade instalada registrada na ANEEL (MW)	484,15	484,15	

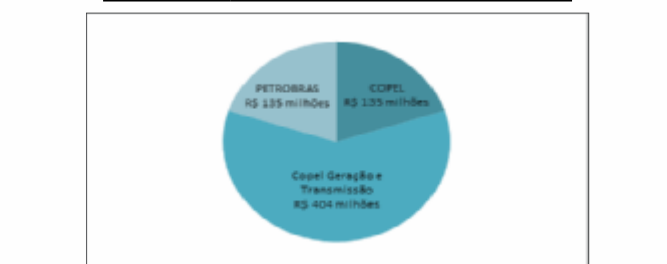


	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Lucro Operacional	(4.097)	(23.449)	32.240	15.051	634.958	332.831
Lucro Líquido	(7.036)	(7.006)	28.368	36.164	471.655	242.860
EBITDA	21.138	26.001	61.401	69.717	506.121	273.083



• Dos 80% da Copel, 20% são da Companhia Paranaense de Energia e Transmissão S.A.

Destinação de dividendos às sócias Copel e Petrobras	
Os dividendos de 2014 foram pagos parte em 2014 e parte em 2015. Parte dos dividendos de 2015 (R\$ 100 milhões) foi paga em janeiro de 2016, o restante será pago ao longo de 2016.	
Dividendos/ano	R\$ mil
2014	442.670
2015	230.717
<b>Total</b>	<b>673.387</b>



Destinação de dividendos 2014 e 2015

#### 4) Desempenho dos Negócios (Gestão orçamentária)

**4.1. Execução Orçamentária**  
O orçamento aprovado para o exercício de 2015 foi realizado em 98% (95% em 2014).

**4.1.1. Investimentos**  
Os valores orçados para investimentos em 2015 totalizaram R\$ 26 milhões e realizados em 39% (87% em 2014). Para 2016 foram aprovados pelo Conselho Deliberativo investimentos em ativo imobilizado no valor de R\$ 3,5 milhões.

**4.1.2 – Custeio**  
Os valores orçados para custeio em 2015 totalizaram R\$ 94,6 milhões e realizados em 112% do valor orçado em 2015 (99,6% em 2014). Foi aprovado pelo Conselho Deliberativo para 2016 o desembolso de R\$ 164,6 milhões.

**4.1.3 – Despesas**  
Os valores orçados para despesas em 2015 totalizaram R\$ 15 milhões e realizados em 75% do valor orçado para 2015 (78,21% em 2014). A previsão de despesas para 2016 aprovadas pelo Conselho Deliberativo (07.12.15) é de R\$ 17,1 milhões.

**4.1.4. Resultado**  
Em 2015 o valor da Receita Líquida com Venda de Energia foi de R\$ 1.434,2 milhões. O exercício foi encerrado com lucro de R\$ 242,9 milhões, um cenário inferior ao do exercício de 2014 que apresentou um lucro de R\$ 471,7 milhões.

Em 2015 a Usina de Araucária entregou ao SIN a geração de 2.386.717 MWh, apenas em 30,23% menor que a geração de 2014, ano do recorde de geração na história da UEGA, com 3.420.819 MWh produzidos. Para 2016 há uma expectativa de despacho semelhante a 2015, conforme premissas utilizadas no planejamento estratégico da empresa.

**4.1.5. EBITDA**  
O Lucro Antes dos Juros, Tributos, Depreciação e Amortização – LAJIDA ou EBITDA totalizou R\$ 273,1 milhões, sendo que em 2014 foi de R\$ 506,1 milhões. É importante salientar que a relação entre a Receita Líquida e o EBITDA é de 19,04%, sendo de 23,6% em 2014. Apesar da diminuição do índice, ele mostra que a empresa obteve, também, excelente performance na Gestão de Fluxo de Caixa.

**5. Administração**  
A administração da Companhia é exercida por um Comitê Deliberativo, composto por cinco (5) membros, representantes dos sócios, os quais tem a incumbência de conduzir a política de negócios da sociedade, e, por um Comitê Administrativo, composto por três (3) Diretores indicados pelos sócios, aos quais é atribuída a condução e administração dos negócios diários da empresa.

**5.2. Gestão de pessoas**  
Em 2015 houve 4 (quatro) novas contratações, encerrando o ano com 16 (dezesseis) colaboradores. As atividades de O&M são realizadas pela Copel Geração e Transmissão S.A., contratada pela UEGA para a prestação dos serviços de operação e manutenção da Usina, a qual eventualmente contrata os serviços de empresas terceirizadas.

Hoje, o quadro de colaboradores da UEG é formado por 03 diretores

16 funcionários efetivos

03 estagiários

05 funcionários terceirizados

59 funcionários da COPEL Geração e Transmissão, dedicados exclusivamente à área de Operação e Manutenção da Usina de Araucária

**5.2.1 Treinamento e Desenvolvimento**  
A UEGA conta com diversas formas de capacitação e aprimoramento continuados de seus empregados. Em grande parte, são cursos realizados externamente para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos. A carga horária média/ano, em 2015, foi de 22 horas/empregado.

**5.2.2 Benefícios**  
Dentre os benefícios concedidos diretamente pela UEGA a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: abono de férias, auxílio-alimentação/refeição, auxílio-funeral, auxílio financeiro a cursos extensivos, plano de assistência médico-hospitalar e odontológica e auxílio ótico, estabilidade adicional para a gestante complementação de benefício previdenciário em caso de acidente e previdência complementar, Auxílio a Empregados e Dependentes Portadores de Necessidades Especiais, Reembolso para Compra de Óculos (armação e lentes corretivas). Os funcionários ainda recebem mensalmente um cartão Vale-Cultura no valor de R\$ 50,00 para investirem em teatro, cinema e literatura.

**5.2.3 Liberdade de Associação e Negociação Coletiva**  
Os empregados da UEGA são representados nas relações de trabalho por meio de sindicato independente. A legislação brasileira estabelece que essas entidades podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A UEGA não restringe a participação dos empregados em conselhos, órgãos de classe e associações profissionais, entre outras entidades.

**6) Auditoria do Tribunal de Contas do Estado**  
A UEGA, por força de lei, é auditada periodicamente por uma equipe de inspetores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE). São emitidos relatórios de cada auditoria realizada e anualmente são enviadas as informações do ano fiscal de acordo com as exigências do TCE. A prestação de contas, relativa ao exercício de 2013, foi julgada regular pelo TCE em 10.12.2015, a exemplo das prestações de contas dos exercícios anteriores. A prestação de contas relativas ao exercício de 2014 continua sob análise do TCE.

**7) Meio Ambiente e Segurança**  
A UEG Araucária é importante como garantidora do fornecimento de energia em diversas situações, em especial em função da sazonalidade do regime de chuvas, atuando como um backup de geração elétrica nos períodos secos. Por isso, uma de suas premissas desde o início foi a alta disponibilidade e a renovação tecnológica constante. Foi em função dessas premissas que os resultados foram tão bons nos dois últimos anos:

• 2014 – crise grave de geração hídrica, a UEGA entrou com capacidade total no SIN (Sistema Interligado Nacional), em função da atualização tecnológica.

• 2015 – em permanente aperfeiçoamento, a UEG durante a parada programada de setembro/2015 trocou todos os sistemas de supervisão e controle da Usina além de implementar o sistema de monitoramento das combustões das turbinas a gás visando desta forma a execução da manutenção preditiva e um melhor controle das baixas emissões atmosféricas da usina e em dezembro/2015 foi efetuado o reboinamento do gerador da turbina de combustão a gás nº 2 da Usina, além da implantação de outras melhorias tecnológicas, como o sistema de controle de vibração das turbinas e bombas de circulação de água. Tudo isso porque a equipe da UEG Araucária atua de forma preventiva para garantir a segurança constante e evitar paradas não programadas para manutenção – o que geraria mais custos e também falta de energia disponível. Foi instalado um sistema de controle da dinâmica de combustão da turbina que permite saber em tempo real como está a combustão em cada um dos bicos injetores. Diagnóstico perfeito, evitando acidentes. Isso é resultado dos investimentos constantes em prevenção.

O respeito ao Meio Ambiente esteve presente desde a concepção do projeto da UEG Araucária, passando pela escolha do combustível e por todas as etapas operacionais. Ainda que o impacto seja mínimo, o foco da empresa é reduzi-lo cada vez mais. Por isso, a maior parte da verba destinada aos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da UEG Araucária são focados na redução do impacto das operações da usina no Meio Ambiente. A tecnologia e os estudos de uma equipe bem preparada aplicados para melhorar o desempenho social e operacional da térmica.

• Água - Para atendimento a sua necessidade de água industrial, a UEG Araucária firmou parceria com a Sanepar, empresa paranaense de saneamento que faz a captação da água do rio Iguaiçu, à jusante do rio Barigui. Neste trecho, o Iguaiçu está muito contaminado e não apto para fornecer água potável, portanto a Usina não concorre com a população na questão de abastecimento de água. A água captada é tratada em uma ETA (Estação de Tratamento de Água) industrial da Sanepar, que atende a outras indústrias da região, e enviada para a Usina. Esta água é utilizada no processo de geração de energia termelétrica, tratada e lançada no rio Barigui com uma qualidade superior à qualidade do próprio rio, com o efluente monitorado pela UEGA em tempo real. Como uma garantia adicional, há um monitoramento externo quinzenal realizado pelo LACTEC, laboratório que também é parceiro paranaense.

• Esgoto - Para os parâmetros em que a legislação nacional não estabeleceu limites, a UEGA foi pró-ativa e definiu uma auto-regulamentação baseada em referências internacionais, como o Banco Mundial. O tratamento de 100% do esgoto sanitário da unidade de geração de energia é realizado por um método muito eficiente: o lodo ativado, que obtém alta eficiência e não gera odores.

• Vegetação - A UEGA teve o cuidado de preservar o máximo de vegetação nativa possível durante a execução das obras, e estas áreas são protegidas até hoje. Nas demais áreas em que não foram colocados equipamentos e estruturas, a UEGA implantou um paisagismo verde, com o maior grau de permeabilização do solo, permitindo a absorção da água de chuva, contribuindo para a regularização dos corpos hídricos superficiais de toda a área do empreendimento.

- Nosso terreno – A UEG Araucária ocupa uma área de 250 mil m<sup>2</sup>. Desde o início das obras, a prioridade foi a recomposição das árvores retiradas para a construção com a plantação de mudas nativas da região. Essa visão de respeito ao meio ambiente foi mantida e os funcionários também são responsáveis por plantar a sua árvore no terreno da UEG. Cada colaborador que completa 10 anos de casa é convidado a plantar uma árvore nos jardins da Usina.

• Resíduos - O processo de geração de energia da UEGA é limpo e não produz resíduos de operação. Os resíduos da UEGA são limitados às situações de manutenção e àqueles que normalmente se produzem em um ambiente de escritório, como resíduos recicláveis. Mesmo assim, a UEG tem uma atenção especial quanto aos seus resíduos, que são destinados corretamente, sempre buscando a solução ambientalmente correta, mesmo que mais custosa. Realiza a compostagem dos resíduos orgânicos, reduzindo a pressão no aterro sanitário. O composto produzido é utilizado na própria usina, nas áreas verdes que a circundam.

**8) Relações com a Comunidade e Responsabilidade Social**  
O relacionamento com a comunidade no entorno da Usina é muito importante para a UEGA. Por isso, adotar uma postura socialmente responsável faz parte das nossas práticas. É algo que vemos como fundamental. E como necessário. É uma forma de retribuir tudo o que recebemos da comunidade desde que as obras foram iniciadas.

**8.1. Responsabilidade Social**  
A área onde se encontra a sede da UEG é afastada da maior parte dos bairros da cidade. Mas fica próxima a uma escola que se tornou o "mascote" de todos dentro da empresa. É o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Grahal Azul (antigo Grupo Escolar João Leopoldo Jacomei). Desde 2002, a UEG procura estar próxima à escola, colaborando nas atividades pedagógicas e festas e investindo na melhoria da infraestrutura.

- **Projetos Culturais e Esportivos**  
Participar da vida cultural e esportiva da comunidade é incentivar aquilo que é o nosso lema – a Energia da Evolução. A evolução cultural, intelectual, física. A energia de cada pessoa direcionada a potencializar aquilo que ela tem de melhor. Por isso, a UEG investe em Projetos Esportivos e parte de seu

Imposto e Renda é destinado a em Projetos Culturais, por meio da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura. Incentivar a cultura e o esporte e auxiliar as pessoas a encontrarem o caminho. A seguirem seu coração. A verem seu caminho iluminado.

Sem luz, haveria apenas escuridão. Não apenas no campo físico, mas no que diz respeito ao próprio ser humano. Iluminar é acreditar na capacidade de transformar o mundo por meio da clareza de ideias. Quando apoiamos ações voltadas ao desenvolvimento cultural do país, trazemos à luz o que há de melhor nas pessoas. Facilitar o acesso à arte é contribuir para a ampliação das capacidades de percepção e discernimento, colaborando para uma sociedade mais consciente e responsável.

Confira os principais projetos apoiados pela UEG Araucária:

Destinação do Imposto de Renda a Projetos Incentivados, em 2014 e 2015	2014	2015
Lei Rouanet	R\$ 3.320.251,67	R\$ 2.430.000,00
Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$ 833.233,92	R\$ 555.000,00
Idosos	R\$ 831.000,00	R\$ 554.658,49
Deficientes	R\$830.233,92	R\$ 525.244,11
Projetos Desportivos e Paradesportivos	R\$ 831.000,00	R\$ 555.000,00
Oncologia	R\$ 831.000,00	R\$ 555.000,00

**8.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**  
Desenvolver projetos de P&D é uma exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regulamenta o setor. A UEGA leva o assunto muito a sério e conta com a parceria dos Institutos Lactec para desenvolver projetos que façam a diferença para toda a comunidade. Melhorar a eficiência energética, a segurança operacional e a sustentabilidade são o foco dos projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos Institutos Lactec na UEG.

Hoje, quatro projetos de P&D estão em andamento. Dois foram contratados em 2015 e outros dois iniciaram em dezembro de 2014. Eles são desenvolvidos em campo e nos laboratórios do Lactec e da UEGA.

**1. Ajuste automático de turbinas**  
A melhor eficiência de uma turbina a gás está relacionada com ajustes em função da temperatura ambiente, sendo isso importante para a dinâmica da combustão em uma usina termelétrica. Em cidades como Curitiba, em que a variação térmica costuma ser de mais de 10°C, entre a mínima e a máxima do dia, as usinas acabam reduzindo seu rendimento, pois apenas em certos períodos do dia conseguem trabalhar com o ajuste ideal. Por essa razão, os pesquisadores dos Institutos Lactec estão desenvolvendo uma metodologia para que o ajuste da máquina seja feito de maneira automática, conforme a temperatura varia ao longo do dia. Hoje, essa regulagem é feita de maneira manual, duas vezes ao dia, por engenheiros da fabricante, que vem de fora do Brasil para poder realizar o procedimento. Isso encarece o custo de produção, ao mesmo tempo em que não evita as perdas na geração de energia.

**2. Ciclo combinado de geração**  
A UEG possui um sistema de cogeração de energia que permite a reutilização do calor liberado pelas turbinas a gás para o aquecimento de água em caldeira, gerando vapor para movimentar essa turbina e gerar mais energia. Essas caldeiras são equipamentos críticos que devem ser constantemente monitorados para evitar sua falha. Os Institutos Lactec fazem esse trabalho, utilizando técnicas de emissão acústica – ensaio não destrutivo – para acompanhar a operação da caldeira 24 horas por dia e identificar falhas precoces, intervindo quando necessário. A pesquisa prevê a melhoria desse monitoramento, com o desenvolvimento de um equipamento e um software (algoritmo) específico para essa aplicação.

**3. Microalgas diminuindo as emissões na atmosfera**  
Um dos projetos mais interessantes é o desenvolvimento de uma tecnologia e uma unidade piloto para biofixar CO<sub>2</sub> e NOx por meio do uso de microalgas em fotobiorreatores. Com isso, será possível diminuir os índices de emissões da usina, gerando uma biomassa que pode ser útil ao mercado, seja para produção de óleo, rações animais ou outros insumos. Esse projeto é dividido em quatro etapas: (1) o estudo e seleção das melhores espécies de microalgas para a remoção do CO<sub>2</sub> e do NOx; (2) a avaliação laboratorial da eficiência dessa remoção por microalgas; (3) a seleção do melhor fotobiorreator para operação em usinas termelétricas; e (4) a construção e operação de um modelo piloto de fotobiorreator para remoção do CO<sub>2</sub> e do NOx. Estão envolvidos nesse projeto as áreas de meio ambiente, eletricidade, materiais e mecânica.

As algas se alimentam de NOx e CO<sub>2</sub>, fixas às chaminés, vão reduzir ainda mais as emissões ao Meio Ambiente das turbinas (que já emitem pouco NOx porque tem o sistema de combustão low NOx).

**4. Reciclagem de água**  
Depois do Gás Natural, a água é o insumo mais importante para a geração termelétrica. Essa água é captada dos rios e tratada. Após o uso, um novo tratamento é realizado e ela é devolvida à natureza. A pergunta que os Institutos Lactec e a UEG fizeram é: por que não termos um ciclo fechado em que a água pode ser sempre tratada e reutilizada? Com esse intuito, o projeto Gestão de Água em Complexo de Geração Termelétrica busca a melhor tecnologia para garantir que haja disponibilidade de água para uso industrial em uma operação segura e confiável da usina – tanto nos padrões técnicos, quanto ambientais.

Hoje a equipe já mede os descartes no Rio Barigui e a poluição é bem baixa. Se o ciclo puder ser fechado, será melhor ainda.

**8.2.1 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**  
A previsão para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é calculada com base na receita líquida de venda de energia elétrica, utilizando o percentual de 1%, conforme resolução normativa no. 504/2012 da ANEEL. A previsão é atualizada monetariamente com base na taxa SELIC.

- Saldos constituídos para aplicação em P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2015
<b>Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D</b>				
FNDC (a)	-	91	-	91
MME	-	45	-	45
P&D	-	-	16.006	16.006
	-	136	16.006	16.142
			Circulante	136
			Não circulante	16.006

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

	FNDC	MME	P&D	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	circulante	não circulante	circulante	não circulante
<b>Em 01.01.2015</b>	<b>1.651</b>	<b>-</b>	<b>826</b>	<b>-</b>
Constatações	5.737	2.868	-	5.737
Juros Selic	-	-	-	1.412
Transferências	-	-	-	-
Recallamentos	-7.297	-3.649	-	-10.946
Condições	-	-	-	-
<b>Em 31.12.2015</b>	<b>91</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>-&lt;/</b>

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
<b>Operações em continuidade</b>			
Receita	17	1.434.177	2.135.349
Custos do serviço de energia elétrica	18	(1.101.346)	(1.500.391)
<b>Lucro bruto</b>		332.831	634.958
Despesas administrativas e gerais	19	(15.428)	(14.334)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(3.696)	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		313.707	620.624
Receita financeiras líquidas		-	28.648
<b>Resultado antes dos impostos</b>		363.552	649.272
Imposto de renda e contribuição social	8.2	(120.692)	(177.617)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		242.860	471.655

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	2015	2014	
<b>Resultado do exercício</b>	242.860	471.655	
	-	-	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	242.860	471.655	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)						
	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	707.440	-	-	-	(5.687)	701.753
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	23.298	-	-	(23.298)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	43.665	(265.000)	(221.335)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	177.670	-	(177.670)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	707.440	23.298	177.670	43.665	(471.655)	480.418
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	(43.665)	-	(43.665)
Distribuição de dividendos com lucros retidos	-	-	(177.670)	-	-	(177.670)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	12.143	-	-	(12.143)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	115.359	(230.717)	(115.358)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	707.440	35.441	-	115.359	(714.515)	143.725

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

**1 Contexto operacional**  
A UEG Araucária Ltda. ("Empresa"), cuja usina está localizada em Araucária e sede em Curitiba, ambas no Estado do Paraná, foi constituída em abril de 1998 e iniciou suas atividades operacionais em setembro de 2002. Atualmente estão com capacidade de funcionamento três unidades de ciclo combinado (2 turbinas a gás e 1 a vapor) para geração de energia termelétrica, em condições de produzir 484,15 megawatts (MW).  
Em 28 de dezembro de 2006 a Empresa firmou "Contrato de Locação e Outras Avenças", com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras (parte relacionada), para locação da planta da usina, pelo prazo de um ano, findo em 31 de dezembro de 2007. Este contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2012. Em 28 de dezembro de 2012 foi firmado um novo contrato de locação da usina à Petróbras, pelo prazo de um ano, o qual se encerrou em 31 de dezembro de 2013. Nessa data foi assinado um termo aditivo com validade até 31 de janeiro de 2014, com cláusulas que previam a possibilidade de rescisão antecipada, pela Empresa, caso esta participasse de leilões de energia promovidos pela ANEEL. Este contrato previa a utilização, pela Petróbras, do complexo da usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à Empresa receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente. Paralelamente, a Petróbras firmou "Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção" com a Copel Geração e Transmissão S.A. (parte relacionada), para os serviços de operação e manutenção da usina, com a intervenção-anuência da Empresa, no mesmo prazo do contrato de locação. Com o término do contrato de locação entre a Empresa e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, em 31 de janeiro de 2014 as empresas UEG Araucária Ltda., Companhia de Paranaense de Gás - Compagas e Petróbras assinaram contrato de compra e venda de gás com vigência para o período de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015. Nesse período a Empresa operou no sistema Merchant participando do SIN (Sistema Interligado Nacional), onde foi chamada a despachar pela ONS (Operador Nacional do Sistema).  
Em 27 de janeiro de 2015 foi assinado um novo contrato de compra e venda de gás entre as empresas UEG Araucária Ltda., Companhia de Paranaense de Gás - Compagas e Petróbras com vigência para o período de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, com a possibilidade de renovação por mais 1 (um) ano.

**2 Base de preparação**  
**a. Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2016.

**b. Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**  
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação à estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas em notas explicativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Ativo imobilizado; e
- Nota 15 - Provisão para contingências.

**3 Principais políticas contábeis**  
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

**a. Moeda estrangeira**  
Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

**b. Instrumentos financeiros**  
**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **A Empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:**

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentada pela Empresa. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

**Empréstimos e recebíveis**  
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (Veja nota 3(e) (i)).

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

**Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Empresa na gestão das

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		(3.696)	471.655
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		30.941	34.467
Resultado das baixas de imobilizado	9	20.806	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social		120.692	177.617
		168.743	683.739
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Diminuição (aumento) de contas a receber		-	(463.769)
(Aumento) de estoques		-	-
(Aumento) diminuição de impostos e contribuições a recuperar		-	17.633
(Aumento) de outros créditos		11.476	(434)
(Diminuição) aumento de empresas relacionadas		-	1.846
(Diminuição) aumento de fornecedores		-	140.338
(Diminuição) aumento de impostos e contribuições a recolher		(56)	8.147
Impostos pagos sobre o lucro		(120.692)	(92.363)
Aumento de pesquisa e desenvolvimento		84.025	11.334
Aumento de outras contas, salários e férias a pagar		1	32
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		143.497	306.503

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Investimentos		-	(102.696)
Aquisição de ativo imobilizado	9	(22.802)	(32.688)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>		(22.802)	(135.384)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>			
Distribuição de dividendos		(252.670)	(190.000)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		(252.670)	(190.000)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		(131.975)	(18.881)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício (Nota 5)		-	21.843
No fim do exercício (Nota 5)		-	2.962
		-	(18.881)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

obrigações de curto prazo.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**  
A Empresa reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada, paga ou expirada.

A Empresa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

**c. Imobilizado**  
**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**  
Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**  
Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, como mudança de estimativas contábeis.

**d. Pagamentos de arrendamentos**  
Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

A Empresa atualmente possui um contrato de arrendamento, o qual é classificado como operacional e refere-se ao imóvel ocupado pela Administração. O total das despesas com arrendamento durante o exercício de 2015 foi de R\$ 335 (R\$ 275 em 2014) e está registrado como despesas administrativas e gerais nas demonstrações de resultados.

**e. Redução ao valor recuperável (Impairment)**  
**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Empresa em condições de que a Empresa não aceitará em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**  
A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado no nível individualizado, os quais são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma individual a Empresa utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**  
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**f. Provisões**  
Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**g. Receitas de aluguel**  
A receita compreende o valor de receita pelo aluguel da usina (parcela fixa) e venda de energia elétrica (parcela variável), a qual é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios relacio-

## Continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

nados com a energia elétrica são transferidos para o comprador.

**h. Receitas financeiras e despesas financeiras**  
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com variações cambiais decorrentes de fechamentos de câmbio.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**i. Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**j. Novas normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor**  
Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2016 e não foram adotadas na preparação desta demonstrações financeiras.

Aqueles que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas a seguir. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada

**IFRS 9 - Instrumentos financeiros**  
Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

**4 Determinação do valor justo**  
Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

**(i) Outros investimentos**  
O valor justo de ativos financeiros é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras e se não há cotação de mercado, através de uma técnica de valuation. As técnicas de valuation aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os valores justos de investimentos mantidos até o vencimento são determinados somente para fins de divulgação.

**(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos**  
O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

**(iii) Outros passivos financeiros não derivativos**  
O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	2015	2014
Depósitos bancários à vista	287	1.204
Aplicações financeiras	132.567	1.758
	132.854	2.962

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários, remuneradas a taxas de aproximadamente 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Por tratar-se de operações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, tais aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa da Empresa.

## 6 Títulos e valores mobiliários

	2015	2014
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	(i) 329.747	341.223
	329.747	341.223

(i) Fundo exclusivo com benchmark de 110% do CDI composto por cotas de fundos de investimentos e títulos do governo; com

Continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

(i) Baixa decorrente de utilização de peças e materiais de reposição para manutenção periódica da usina.

**Provisão para redução ao valor recuperável (Impairment)**  
A Empresa efetuou teste de redução no valor recuperável com base em seu valor em uso, considerando uma utilização média de 40% em relação à sua capacidade total de produção de energia termelétrica, o que é próxima da capacidade já utilizada historicamente. A estimativa de valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 7,74%, aplicada sobre a projeção de receitas a serem geradas através da comercialização de energia no mercado livre nos próximos 14 anos (prazo em que encerra a autorização para a Empresa se estabelecer como produtor independente de energia elétrica emitida pela ANEEL, o qual é prorrogável a pedido da Empresa e a critério da ANEEL), baseado no histórico de despacho da Empresa em exercícios anteriores e estudo de perspectiva do mercado brasileiro de energia elétrica elaborada pela controladora da Empresa. O resultado obtido indicou que não há necessidade de constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável.

**10 Fornecedores**

As contas de fornecedores estão assim representadas:

	2015	2014
Fornecedores de ativo imobilizado	-	7.335
Fornecedores de materiais de consumo	-	131
Fornecedores de gás natural (i)	3.006	135.416
Fornecedores de serviços	1.837	499
Fornecedores de CUST	2.337	2.015
Fornecedores do exterior	651	-
	<b>7.831</b>	<b>145.396</b>

(i) Fornecedores de gás natural decorrente do contrato de gás assinado com a Compagás.

**11 Partes relacionadas**

**a. Saldos e transações**

A controladora direta da Empresa é a Copel Geração e Transmissão S.A. e a controladora final é a Companhia Paranaense de Energia - Copel. As transações comerciais de serviços com as partes relacionadas são realizadas de acordo com condições estabelecidas nos respectivos contratos. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Empresa com sua controladora, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

	2015	2014
<b>Fornecedores</b>		
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	3.006	135.416
<b>Dividendos a pagar</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	69.215	18.801
Companhia Paranaense de Energia - Copel	23.072	6.267
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	23.072	6.267
<b>Contas a pagar - passivo</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.879	1.935
Copel Distribuição S.A.	2	2

**Receita operacional líquida**

Receita de locação com a		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	5.812
<b>Custo de aquisição do gás</b>		
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	966.284	1.396.769
<b>Custo de operação e manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	-29.867	-26.723
Copel Distribuição S.A.	-26	-65

**b. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria, cujos diretores são remunerados diretamente pelos sócios que os indicam, não cabendo à Empresa nenhuma responsabilidade pela remuneração dos mesmos. A Empresa não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo. A Empresa tem como sócio majoritário a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, por si e pela sua subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A., com 80% de participação do seu capital social e o sócio Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com 20% de participação do seu capital social.

**12 Provisão para gastos com pesquisa e desenvolvimento**

A provisão para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é calculada com base na receita líquida de venda de energia elétrica, utilizando o percentual de 1%, conforme resolução normativa no.504/2012 da ANEEL. A provisão é atualizada monetariamente com base na taxa SELIC.

**a. Saldos constituídos para aplicação em P&D**

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2015
<b>Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D</b>				
FNDCT (a)	-	91	-	91
MME	-	45	-	45
P&D	-	-	16.006	16.006
	-	136	16.006	16.142

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**b. Mutação dos saldos de P&D**

	FNDCT		MME		P&D		Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
<b>Em 01.01.2015</b>	<b>1.651</b>	<b>-</b>	<b>826</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.857</b>	<b>11.334</b>
Constituições	5.737	-	2.868	-	-	5.737	14.342
Juros Selic	-	-	-	-	-	1.412	1.412
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Recolhimentos	-7.297	-	-3.649	-	-	-	-10.946
Conclusões	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31.12.2015</b>	<b>91</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.006</b>	<b>16.142</b>

**13 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**  
O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, no valor de R\$ 707.440 está representado por 707.439.670 quotas de R\$ 1,00 cada uma.

**b. Participação societária**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social encontrava-se distribuído entre os seguintes quotistas:

	Quantidade de quotas
Copel Geração e Transmissão S.A.	424.463.802
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	141.487.934
Companhia Paranaense de Energia - Copel	141.487.934
	<b>707.439.670</b>

**c. Remuneração de quotistas**

De acordo com o Contrato Social, os lucros apurados no exercício serão distribuídos de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, sendo dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido após a absorção de prejuízos acumulados e constituição de reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa. O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração a seus quotistas, exceto aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no contrato social. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da Empresa, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

**c.1 Proposta de distribuição de dividendos**

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2015 a Empresa apurou lucro no montante de R\$ 242.860 mil.

Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	2015
Lucro líquido do exercício	242.860
Reserva legal (5%)	(12.143)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	230.717
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	115.358
Dividendo adicional proposto pela administração	115.359

Em 4 de janeiro de 2016 foi efetuado o pagamento no montante de R\$ 100.000 mil referente ao dividendo apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme Ata de reunião das Sócios Quotistas realizada em 30 de setembro de 2015.

**14 Instrumentos financeiros**

Gerenciamento dos riscos financeiros

**Visão geral**

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:  
• Risco de crédito;  
• Risco de preço de fornecimento de energia elétrica;  
• Risco quanto à escassez de gás;  
• Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

**Estrutura de gerenciamento de risco**

A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros  
A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, como destaque para aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. Estas operações destinam-se a atender

**Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

**Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras (valor contábil) foi:

	Valor contábil	
	2015	2014
Aplicações financeiras	(i) 132.567	(i) 1.758
Fundos de investimento exclusivo	(ii) 329.747	(ii) 341.223
Contas a receber de clientes	(iii) 186.707	(iii) 470.268

(i) As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco, remuneradas a aproximadamente 100,5% do CDI e mantidas para negociação;

(ii) Fundo exclusivo com benchmark de 110% do CDI no longo prazo, composta por cotas de fundos de investimentos e títulos do governo, com liquidez imediata e mantida para negociação; e

(iii) Risco decorrente da possibilidade de a empresa incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à empresa.

**Risco de preço de fornecimento de energia elétrica**

Existe o risco decorrente de possível período de excesso de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios. Um período prolongado de chuvas pode aumentar o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo a Empresa não ser acionada a despachar em virtude dos seus custos mais elevados em relação às hidrelétricas, impactando em redução de receitas quando a Empresa não estiver em operação.

**Risco quanto à escassez de gás**

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas devido à redução de receitas.

**Riscos de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI, custodiadas em bancos de primeira linha e a rentabilidade é monitorada mensalmente.

**Exposição a riscos de taxa de juros**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (valor contábil) remunerados por juros da Empresa era:

	2015	2014
Aplicações financeiras	132.567	1.758
Fundos de investimento exclusivo	329.747	341.223

Análise de sensibilidade de valor justo para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2015.

Valor exposto	Risco	23%*	25%*	50%*
462.314	Redução do CDI	16.769	18.227	36.453

(\*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 15,77%.

**Instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

Instrumentos financeiros derivativos	2014
Futuro DI Ajustes Diários - Passivo	(144)

Durante o período de 2015 o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi uma receita de R\$ 220.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, o quadro a seguir apresenta análise de sensibilidade, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 31 de dezembro de 2015 e, para o cenário provável os saldos com a variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN com vencimento em 1º de janeiro de 2016.

**Valor justo**

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado</b>				
Aplicações financeiras	462.314	462.314	342.981	342.981
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Contas a receber	186.707	186.707	470.268	470.268
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	7.831	7.831	145.396	145.396
<b>Passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Mantido para negociação</b>				
Derivativos	-	-	144	144

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se aproximam do valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
  - Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias)
  - Derivativos - O ativo e o passivo financeiro derivativos têm seus valores justos calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros.
- Nível de classificação para apuração do valor justo

	31.12.2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Derivativos	144	-	-	144

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir.

- Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo; e
- Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm com base os dados observáveis de mercado.

**15 Provisão para contingências**

A Empresa é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas.

De acordo com os advogados que assessoram a Empresa, as chances de êxito no final do processo avaliadas como "possíveis", totalizam o montante de R\$ 150 (R\$ 828 em 2014). Face à decisão obtida e as chances de êxito da demanda, a Administração, amparada pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não constituiu provisão contábil para cobrir aos riscos de perda no processo.

**16 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2015 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por US\$ 360.707 mil para danos materiais.

**17 Receita operacional**

	2015	2014
Receita bruta com aluguel	-	6.404
Receita bruta com venda de energia elétrica (i)	1.596.164	2.370.062
Impostos sobre as receitas	-147.645	-219.823
Pesquisa e desenvolvimento	-14.342	-21.295
	<b>1.434.177</b>	<b>2.135.348</b>

**18 Custos do serviço de energia elétrica**

	2015	2014
Gás natural (i)	966.284	1.396.769
Energia elétrica	121	49
Água industrial	3.873	4.297
Manutenção e reparos	52.056	22.180
Custo de operação e manutenção	28.749	25.831
Custo de uso e conexão do sistema de transmissão	20.192	16.409
Depreciação	30.071	34.285
Outros custos	-	571
	<b>1.101.346</b>	<b>1.500.391</b>

(i) Com o término do contrato de locação entre a Empresa e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em 31 de janeiro de 2014 as empresas UEG Araucária Ltda., Companhia de Paranaense de Gás - Compagas e Petrobras assinaram contrato de compra e venda de gás com vigência para o período de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015. Após o encerramento deste, foi assinado um novo contrato com vigência para o período de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016.

**19 Despesas administrativas e gerais**

	2015	2014
Salários e encargos	2.715	1.887
Serviços de terceiros	1.218	1.561
Deslocamentos, viagens e estadas	383	314
Impostos e taxas	1.999	1.488
Ocupação	595	330
Doações incentivos fiscais (i)	4.961	7.477
Despesas de Uso e Consumo	1.950	753
Outras despesas	1.607	524
	<b>15.428</b>	<b>14.334</b>

(i) Incentivo fiscal realizado pela Empresa através da Lei Rouanet, FIA, PRONON e PRONAS.

**20 Outras despesas operacionais, líquidas**

	2015
Outras receitas	4
Outras despesas (i)	(3.700)
	<b>(3.696)</b>

(i) A UEG Araucária contratou empresa especializada para realização de inventário físico do Imobilizado e adequação patrimonial à Resolução 367/09 da ANEEL. Nesse trabalho foram levantados bens sucateados e/ou inservíveis registrados na contabilidade resultando em uma baixa líquida no montante de R\$ 3.700 mil.

**21 Receitas financeiras e despesas financeiras**

	2015	2014
Despesas bancárias	-2.465	-2.280
Despesa com variação cambial	-4	-1
Despesa com juros e multas	-381	-2.793
Despesa com juros sobre P&D	-1.412	-339
	<b>-4.262</b>	<b>-5.413</b>
Ganhos com aplicações financeiras	53.987	33.623
Atualização monetária	120	437
Outros	-	1
	<b>54.107</b>	<b>34.061</b>

**Resultado financeiro líquido**

**22 Eventos subsequentes**

Com o término do contrato de compra e venda de gás em 31 de janeiro de 2016, as Empresas UEG Araucária Ltda., Companhia de Paranaense de Gás - Compagas e Petrobras, assinaram em 29 de janeiro de 2016 aditivo ao contrato de compra e venda de gás com vigência para o período de